



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

REQUERIMENTO DE INDICAÇÃO Nº /2025
(Da Comissão de Educação)

Requer o envio de Indicação ao Ministério da Educação e ao Ministério da Gestão e Inovação a construção de diretrizes nacionais de valorização profissional em emergências climáticas, com envolvimento das representações sindicais e comunitárias.

Senhor Presidente,

Tendo em vista a aprovação do Relatório n. 2 da Subcomissão Especial para Acompanhar os Impactos da Tragédia Ambiental sobre a Comunidade Educacional do Rio Grande do Sul, em reunião da Comissão de Educação realizada em vinte e oito de maio corrente, requero a Vossa Excelência, nos termos do artigo art. 113, inciso I e § 1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Ministério da Educação e ao Ministério da Gestão e Inovação o Requerimento de Indicação anexo.

Sala da Comissão, em 28 de maio de 2025.

Deputado **Maurício Carvalho**
Presidente





INDICAÇÃO Nº DE 2024
(Comissão de Educação)

Requer o envio de Indicação ao Ministério da Educação e ao Ministério da Gestão e Inovação, a construção de diretrizes nacionais de valorização profissional em emergências climáticas, com envolvimento das representações sindicais e comunitárias.

Excelentíssimos Senhores Ministro da Educação e Ministra de Gestão e Inovação,

Considerando o cenário de calamidade pública no Rio Grande do Sul e em outras regiões do Brasil, a necessidade urgente de reconstrução das redes educacionais e sociais afetadas, a valorização dos profissionais da educação torna-se um dos pilares essenciais para garantir a eficácia da resposta e a recuperação plena do sistema educacional, mas também para a construção de um sistema educacional mais resiliente e preparado para enfrentar futuras crises.

Neste sentido, a construção de diretrizes nacionais de valorização dos profissionais da educação em emergências





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

climáticas é fundamental para garantir que a reconstrução da educação seja conduzida de forma inclusiva, respeitando os direitos e a dignidade dos trabalhadores da educação. A participação ativa das representações sindicais e comunitárias é crucial para assegurar que as políticas públicas atendam efetivamente às necessidades das categorias envolvidas, proporcionando condições de trabalho adequadas, apoio emocional e reconhecimento do esforço dos profissionais.

Neste contexto, e com base nas diretrizes do Relatório Global de Monitoramento da Educação de 2024, que ressalta a importância dos líderes educacionais como agentes de mudança, é fundamental que o processo de reconstrução da educação envolva não apenas os gestores públicos, mas também os próprios profissionais da educação, incluindo professores, servidores técnicos e administrativos, para garantir uma recuperação que seja tanto técnica quanto humana.

Dessa forma, sugiro a construção de diretrizes nacionais de valorização profissional em emergências climáticas, que contemplem ações direcionadas ao reconhecimento, apoio e fortalecimento das condições de trabalho dos profissionais da educação afetados por desastres naturais, com especial ênfase em situações de calamidade pública.

Propostas para a construção das diretrizes:

1. Diagnóstico Participativo:

Realização de diagnóstico junto a docentes, servidores e representantes sindicais e comunitários para mapear as





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

necessidades específicas de cada categoria profissional nas áreas afetadas por desastres climáticos.

Inclusão de pautas que envolvam o apoio psicossocial, a readequação dos planos de carreira, a garantia de salários dignos e o acesso a recursos emergenciais.

2. Comissão Interinstitucional para Emergências Climáticas:

Criação de uma comissão integrada pelo MEC, MGI, representantes de sindicatos e entidades comunitárias, com a missão de elaborar e acompanhar as políticas públicas de valorização dos profissionais da educação em momentos de emergência.

A comissão também deverá colaborar com a definição de estratégias de apoio à mobilidade dos profissionais que precisam se deslocar entre municípios para garantir a continuidade da educação.

3. Programa de Capacitação e Apoio Psicológico:

Desenvolvimento de programas de capacitação docente específicos para o enfrentamento de situações de calamidade e mudanças climáticas, que incluam não apenas a formação técnica, mas também o apoio emocional e psicológico.

Criação de uma linha de apoio psicológico contínuo, tanto para professores quanto para servidores administrativos, a fim de mitigar os efeitos psicológicos das tragédias, como estresse pós-traumático.

4. Estabilidade no Emprego e Planos de Carreira:





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

Apresentação: 29/05/2025 16:03:59.647 - Mesa

INC n.1439/2025

Implementação de medidas que garantam a estabilidade do emprego e a continuidade dos planos de carreira para professores e servidores da educação, especialmente em áreas afetadas por desastres, com a nomeação urgente de concursados e a divulgação de cadastros de reserva.

A atualização dos planos de carreira e remuneração deve considerar os danos causados pelas emergências climáticas e oferecer condições adequadas de trabalho para os profissionais da educação.

5. Apoio Financeiro Emergencial:

Criação de um fundo emergencial específico para a valorização dos profissionais da educação em situações de calamidade pública, que possibilite o fornecimento de recursos financeiros para apoiar os trabalhadores da educação na reconstrução de suas vidas e na continuidade das suas atividades profissionais.

6. Ampliação do Debate Público:

Organização de encontros, seminários e audiências públicas em parceria com os sindicatos e as representações comunitárias, para debater o impacto das emergências climáticas na educação e o fortalecimento das políticas de valorização profissional.

Por fim, reitero a importância da colaboração interinstitucional entre o MEC, o MGI, as entidades sindicais e as representações comunitárias para que as ações sejam conduzidas de forma coordenada, eficaz e que possam atender às reais





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

necessidades dos trabalhadores da educação e da população em geral.

Sala da Comissão, 28 de maio de 2025.

Deputado Maurício Carvalho
Presidente

Apresentação: 29/05/2025 16:03:59.647 - Mesa

INC n.1439/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258776038900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Maurício Carvalho

